

A Importância do Trabalho Feminino Rural no Desenvolvimento do Turismo

Ana Claudia Macedo Sampaio¹

Maysa Sena de Carvalho²

Resumo

Considerado ferramenta de incremento econômico local, o turismo, como uso do território rural, tem o potencial de implementar melhoria na qualidade de vida das populações do campo brasileiro por meio da inserção de mão-de-obra feminina, o que contribuiria para a diminuição da desigualdade socioeconômica entre gêneros. Conjugados o turismo e a agricultura familiar, consolidam-se as transformações ocorridas no meio rural, as quais se deram com o advento da diversificação produtiva e refletiram, nesse novo contexto, a reconstrução da função social da mulher. Objetiva-se analisar o papel da mulher como uma das principais agentes do desenvolvimento do turismo no âmbito das pequenas propriedades rurais do Brasil. Utiliza-se metodologia bibliográfica de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, complementada por dados secundários quantitativos de fontes oficiais. Conclui-se que, apesar da influência de variáveis socioculturais no processo de alocação de mão-de-obra feminina em contexto rural, o turismo contribui para a inserção feminina por constituir mecanismo de ocupação de mão-de-obra, gerando incremento de renda, inclusão social e reconhecimento do trabalho por parte da sociedade.

Palavras-chave: Turismo. Trabalho Feminino. Desenvolvimento. Meio Rural.

¹ Mestranda em Turismo e Cultura pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: claudiam_sampaio@hotmail.com.

² Mestranda em Turismo e Cultura pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB) e Agente Administrativo do Ministério do Turismo. E-mail: maysacarvalho2011@gmail.com.

Introdução

A agricultura nacional sofreu mudanças em seu modelo de desenvolvimento agrícola a partir do fordismo. Influenciada pela modernização dos meios de produção, pela crescente urbanização e pelo aumento da oferta de emprego não agrícola — corolário da intensificação da produção industrial —, ocorreu crescimento da demanda por produtos agrícolas nos centros urbanos. Surge, dessa maneira, a prática intensiva da monocultura, a qual buscou atender às novas demandas do mercado exportador em detrimento da nutrição humana.

A modernização agrícola, de acordo com Delgado (1985), foi um processo de especialização industrial dos meios de produção focado na diversificação das exportações, estabelecendo-se uma interdependência entre agricultura e indústria. O modelo brasileiro de agricultura passou, dessa maneira, a ser baseado nos complexos agroindustriais, os quais fornecem de insumos, máquinas e material genérico para o setor industrial, que os transforma e os comercializa.

O mito desenvolvimentista, amplamente adotado pela política nacional, constituiu-se, na agricultura, de medidas como a adoção de um pacote composto por sementes melhoradas, de estímulo à mecanização, à utilização de insumos químicos e biológicos, além da criação de uma estrutura de créditos para os grandes produtores. O objetivo era elevar a capacidade de cultivo e mitigar os prejuízos causados pelas intempéries da natureza.

Em resposta às drásticas mudanças no setor agrícola, intensificou-se, nas décadas de 1970 e 1980, o chamado êxodo rural, acarretando um aumento considerável da população urbana. Esse crescimento não foi, unicamente, reflexo da adequação do campo ao novo modelo, pois contribuiu decididamente para referida adequação. O aumento da oferta de trabalho não agrícola, em oposição à diminuição da oferta de trabalho no campo, tornou a agricultura propulsora de mão-de-obra destinada à industrialização.

A urbanização brasileira, em conjunto com os fluxos de migração do campo, contribuiu para o subemprego e para o desemprego nos grandes centros, pois, havendo excessiva oferta da mão-de-obra urbana, observa-se o conseqüente declínio dos níveis salariais médios. Nesse sentido, o modelo de urbanização e a migração proveniente do campo desencadeiam uma massa de marginais sociais cuja absorção produtiva, que hoje está restrita a trabalhos

temporários, passa a ser ainda mais precária quando surge o chamado mercado de trabalho informal.

Entre outras consequências das mudanças do setor agrícola na realidade brasileira, além dos impactos socioeconômicos advindos do crescimento populacional, destaca-se a degradação dos recursos naturais, que afeta a qualidade do solo e da água, causando erosão, sedimentação, poluição química por pesticidas, destruição da biodiversidade por desmatamento e desertificação.

A inserção da atividade turística no meio rural tem sido objeto de muitas discussões sob vários aspectos, especialmente no que se refere aos prováveis benefícios dessa prática, como a permanência da população no campo, a diversificação produtiva e a preservação da cultura local. A análise elaborada neste artigo foi conduzida com o intuito de compreender o trabalho feminino como um dos principais agentes no desenvolvimento do turismo, no âmbito da agricultura familiar brasileira; almeja-se esclarecer, dessa forma, a importância da participação feminina nas alterações ocorridas no espaço rural.

As Possibilidades do Turismo na Pequena Propriedade Rural

Devido às mudanças sofridas pelo setor agrícola nacional, configurou-se um cenário de exclusão dos pequenos produtores, que não se enquadraram nas novas exigências globais. Essas mudanças provocaram focos de atraso tecnológico no meio rural, principalmente no tocante à pequena produção, que, em sua maioria, subsiste com técnicas ultrapassadas e vive em condições precárias, provocando a acentuação do quadro de atraso e de pobreza (FERNANDES JUNIOR, 2002).

A pequena unidade de produção agrícola caracteriza-se pela força de trabalho familiar, pelo baixo grau de aprimoramento técnico, pela gestão própria, pela moradia no local e pela posse das terras, parcial ou integralmente, com produção voltada ao autoconsumo ou ao atendimento das necessidades básicas do grupo familiar. Essa pequena unidade agrícola, no entanto, está sempre subordinada e vinculada ao capital tecnologicamente, financeiramente ou mercadologicamente (BOVO *et al*, 2006).

As pequenas propriedades são peças importantes na engrenagem da Agricultura Moderna, mantendo uma relação de codependência com as grandes propriedades e cedendo mão-de-obra para estas, nos períodos de entressafra. Pequenas propriedades atendem, ainda,

às necessidades de consumo nas cidades e no campo. A Agricultura Familiar³ “assume uma posição de destaque e, em diversas regiões do Brasil, representa o maior percentual de pessoal ocupado na agricultura; paradoxalmente, apesar de possuírem pequenos estabelecimentos, respondem pelo maior percentual da produção agrícola” (BRACAGIOLI, 1998, p. 179).

A Agricultura Familiar tem importância, não só para o contexto econômico do setor agrícola, mas também para o socioambiental, reconhecimento comprovado pela sua inclusão, mesmo que tímida, nas políticas públicas e nos programas governamentais de incentivo e de fomento à Agricultura Familiar.

O turismo aparece, nesse contexto, como atividade que favorece a diversificação das atividades rurais, incentivando e promovendo a permanência dos produtores no campo e, ainda, fortalecendo a Agricultura Familiar. Ao abrir novas possibilidades, tanto de comercialização direta com o consumidor, quanto de consolidação de uma marca ou produto das unidades agrícolas, criam-se novas perspectivas para o turismo e para a agricultura.

Atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios. Anima o mercado dos produtos e serviços locais, viabilizando microempresas de ramos diversos (CAVACO, 2001:26).

Por esse caráter múltiplo e dinamizador, o turismo, como uso do território rural⁴, pode ser considerado uma alternativa aos problemas da Agricultura Familiar. A capacidade de gerar emprego e renda, de promover a criação de infraestruturas e de intensificar trocas entre o meio rural e o urbano leva o turismo a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento de zonas desfavorecidas (ALBUQUERQUE, 2001).

Levando o contato direto entre produtor e consumidor final na venda dos produtos, melhorando os preços na transação e ainda agregando valor. Assim, esse tipo de turismo pode ser entendido como instrumento de interiorização do turismo, difusão de conhecimentos e técnicas agrárias, diversificação dos polos turísticos, diminuição do êxodo rural, melhoria da qualidade de vida da população rural, promoção de

³ No enquadramento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária; residem na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos, quando se tratar de pecuarista familiar; no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar devem ser provenientes da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento; o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento (Manual Operacional do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004).

⁴ Steinberger (2009) argumenta que o turismo é apenas mais um uso dentre os vários do território, ou seja, coexistem diferentes usos no território, e o turismo deve ser pensado englobando esses diferentes interesses.

intercâmbio cultural, sensibilização quanto aos recursos naturais e ainda promover o reencontro com as origens. No entanto, o turismo não pode ser a única atividade da propriedade, mas uma fonte de renda complementar às tradicionais (OLIVEIRA, 2001:279)

A Participação do Trabalho Feminino no Meio Rural e no Turismo

Dada a importância das pequenas propriedades, no cenário agrícola nacional, e do turismo, como componente gerador de emprego e renda, o presente artigo elege as relações de trabalho feminino com o intuito de analisar o uso do território, reconhecendo as diferentes e múltiplas ocupações do meio rural e a contribuição deste para o desenvolvimento regional sustentável.

A estrutura familiar também sofreu alterações no meio rural, a partir da desconstrução dos papéis desempenhados por cada um de seus integrantes. A agricultura era uma atividade exclusiva do homem; cabia à mulher manter a organização do lar e dos afazeres ligados ao cuidado com filhos e com animais, entre outros, sem qualquer tipo de remuneração financeira. As tarefas, compreendidas como próprias do sexo feminino, distinguiam o papel social da mulher em relação ao do homem.

Nas primeiras eras da sociedade mundial, os recursos pertenciam igualmente a todos. Os alimentos, que eram colhidos e cozidos diariamente, destinavam-se unicamente ao consumo ou às necessidades de subsistência; não havia sobras para trocas, e a família como conhecemos na era moderna não existia, mas já havia distinção de gênero pela divisão das tarefas.

Em famílias comunitárias primitivas, que abrangiam numerosos casais e seus filhos, sua administração, que era confiada às mulheres, era tanto uma atividade pública socialmente necessária, quanto o fortalecimento de alimentos feitos pelos homens (ENGELS, 1891 apud SUCKS, 1979:187).

A principal transformação da mulher, de membro igualitário da sociedade para esposa subordinada, inicia-se com a domesticação de animais de grande porte. Esses animais domésticos, por sua vez, eram considerados posse “privada”, o que significa que se caracterizavam por propriedade de um indivíduo de uma família, em que os direitos de conduzi-la cabem a um dos proprietários. Nesse momento, inicia-se o processo de domínio dos homens como gestores das propriedades.

A domesticação de animais de pequeno porte permite o início das relações de troca com as demais propriedades do entorno. O papel social do homem se transforma: antes,

meramente atuante com a finalidade de suprir sua subsistência; posteriormente, um efetivo gestor de trocas comerciais. A propriedade e tudo que compreende seus limites possui um dono, e o papel social da mulher se transforma em subordinação. A mulher praticamente só passará a desempenhar atividades vinculadas ao lar e ao auxílio de seu pai, de seu filho ou de seu marido. Dessa forma, a propriedade privada transformou as relações entre homens e mulheres dentro da família, já que suas relações sociais sofreram alterações. A possibilidade de excedentes de bens para trocas, associada ao avanço do capitalismo industrial, vinculou o trabalho feminino ao uso familiar.

Instalada a desigualdade de gêneros, esta começou a ser percebida como um problema social e, por meio das mulheres organizadas em movimentos que se intensificaram na segunda metade do século XX, delineou-se o pensamento feminista, provocando inúmeras mudanças na sociedade; entre elas, a exigência da igualdade de gêneros.

Nos anos 80, o assunto adquire status de questão social para o desenvolvimento e cooperação técnica internacional, e passa a contar com um suporte técnico, o chamado planejamento de gênero, conceito que propaga a ideia de que é possível, necessário e recomendável que sejam desenvolvidas ferramentas para o manejo das questões de gênero no processo de apoio ao desenvolvimento, em especial para o momento de diagnóstico inicial da situação (BRITO & ZAPATA, 2007: 147-148).

No relatório do Banco Mundial, elaborado por Pena e Correia (2003), e que analisa a questão do gênero no Brasil, verificam-se tendências gerais de profundas mudanças nos papéis sociais; aponta-se o trabalho feminino como resultado de transformações demográficas, socioeconômicas, políticas e culturais que ocorreram durante as duas últimas décadas. Esse processo tem suas raízes na década de 1950. Uma queda importante na fecundidade reduziu a taxa nacional, de 6,3, na década de 1950, para 2,4, em 1999 (PNAD, 1999). Essas mudanças, embora tenham ocorrido especialmente nos centros urbanos e nas regiões mais desenvolvidas, afetaram também o campo, e a queda na fecundidade reduziu a quantidade de trabalho associado a tarefas reprodutivas e domésticas, facilitando a incorporação feminina à força de trabalho assalariada.

A maior inserção das mulheres no mercado de trabalho trouxe, também, o acúmulo de atribuições, pois elas trabalham nas tarefas do lar, consideradas sem potencial produtivo, e ocupam, em geral, postos de trabalho pouco qualificados. Mesmo quando a mulher possui melhor qualificação em relação ao homem, observa-se que elas recebem remunerações mais baixas. Houve aumento no nível de escolaridade, alterações demográficas, elevação das taxas

de crescimento, além de incremento no nível de industrialização e de urbanização, fatores que geraram demanda por mão-de-obra, absorvendo novos trabalhadores na força de trabalho, em especial as mulheres, não sem continuar acentuando, contudo, a desigualdade dos gêneros.

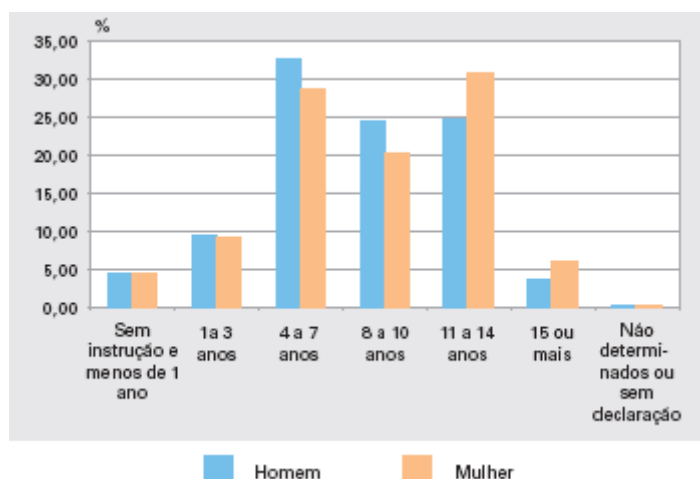
Os resultados obtidos pelo IBGE, em 2003, observados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), relativamente às pessoas que se ocupam de Atividades Características do Turismo (ACT), referem-se ao trabalho exercido em qualquer tipo de estabelecimento, tenha este registro formal ou não.

O PNAD estimou em 5,495 milhões o número de pessoas de 10 anos de idade (ou mais) ocupadas, cujo trabalho principal era exercido nas ACT. Desse conjunto de pessoas, observa-se o predomínio do gênero masculino em relação ao feminino: os homens totalizaram 3,496 milhões, representando 63,63% do total, enquanto as mulheres participaram com 1,998 milhões, respondendo por 36,37% dos postos ocupados. No tocante ao nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade que estavam ocupadas, observa-se uma participação semelhante entre os seguintes grupos de anos de estudo: 4 a 7 anos, com 31,29%; 8 a 10 anos, com 23%; e 11 a 14 anos, com 26,92% do total (IBGE, 2003).

Ainda de acordo com o estudo do IBGE (2003), refletindo a diversidade das atividades econômicas que constituem as ACT, observa-se uma distribuição homogênea entre grupos de pessoas com níveis de instrução bastante distintos: as que possuíam até 7 anos de estudo totalizaram 2,484 milhões e representaram 45,21% do total, enquanto as que possuíam 8 ou mais anos de estudo responderam por 54,4% do total, ou seja, 2,989 milhões de pessoas.

Na distribuição do nível de instrução por sexo, observa-se a maior escolarização das mulheres. Entre os homens, o grupo de 4 a 7 anos de estudo apresentou a maior participação (32,72%). Quanto às mulheres, a faixa de maior participação (30,73%) correspondeu ao grupo de 11 a 14 anos de estudo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Grau de instrução de indivíduos ocupados em atividades turísticas, por sexo.

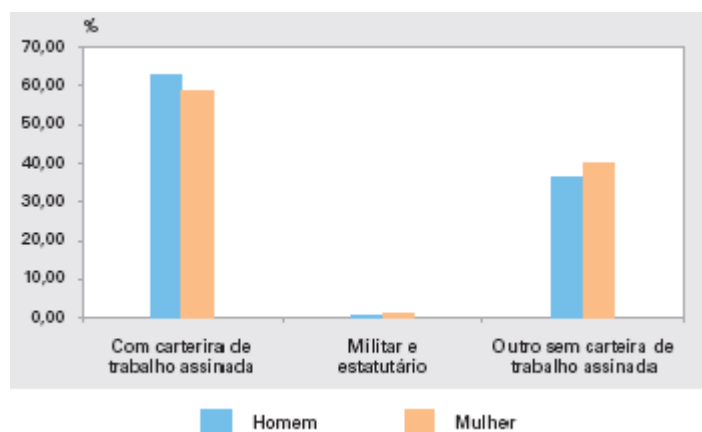


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2003.

Na comparação entre os gêneros, observa-se que, tanto para os homens quanto para as mulheres, na distribuição de ocupações, há maior incidência de pessoas ocupadas na categoria de empregados, sendo 58,52% dessa participação masculina e 59,17% feminina. A maior diferença na distribuição por posição na ocupação nas ACT, entre os gêneros, ocorre na categoria de trabalhadores não remunerados: entre os homens, apenas 3,04% integraram esse grupo, enquanto que, entre as mulheres, a participação foi de 11,18%, o que sustenta indícios de discriminação baseada em gênero.

Entre os empregados das ACT, verifica-se significativa participação de parcela dos empregados sem carteira de trabalho assinada, tanto para homens (36,54%) quanto para mulheres (40,12%). O Gráfico 2 ilustra o grau de formalização da atividade rural, por sexo.

Gráfico 2 – Grau de formalização da atividade rural, por sexo.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2003.

A participação da mulher na força de trabalho das áreas rurais, de acordo com Bruschini (1998) apud Pena & Correia (2003), foi, por tradição, subdimensionada. Após uma revisão, em 1991, do conceito de trabalho, em um censo nacional, constatou-se que houve aumento no número de mulheres em trabalho agrícola, de 14% em 1990, para 23% em 1995. Em relação aos homens, as taxas eram de 28% nos dois anos (BRUSCHINI, 1998 apud PENA & CORREIA, 2003, p. 86-87).

O turismo, como uso do território rural, apresenta-se como uma ferramenta importante para inclusão da mulher no mercado de trabalho, oferecendo ocupações ligadas à culinária, ao artesanato e à hospedagem em geral. O turismo, adotado como ferramenta de desenvolvimento, passa a ser, no entanto, fator influenciador das relações de gênero no meio rural. Com a expansão das atividades turísticas nas propriedades rurais e a inclusão da mão-de-obra feminina, a mulher transforma-se em protagonista de um cenário no qual sempre havia sido coadjuvante, ou seja, inicia-se uma nova construção de sua identidade como ser produtivo e social, observando-se alterações significativas na relação entre homem e mulher.

O trabalho feminino rural absorvido pelo turismo não se restringe somente a trabalhos domésticos. Segundo dados da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR, 2006), 92% da administração do turismo, no campo, é realizada e conduzida por mãos femininas. Em geral, o trabalho é conduzido por esposas, filhas, noras, sobrinhas e netas. A possibilidade de inserção da mulher nesse mercado deve-se, entre outros fatores, ao fato de a atividade turística não exigir uma formação específica dos empreendedores.

La falta de formación específica que las mujeres rurales suelen tener a la hora de acceder al mercado laboral no agrario no es una barrera en este caso, en el que incluso se sienten seguras al realizar un trabajo que llevan haciendo a lo largo de generaciones y para el que están preparadas” (PEREZ & VALIENTE apud GARCIA RAMON & FERRÉ, 2000:181).

Apesar das dificuldades de dados para compreender o papel da mulher no desenvolvimento do turismo, especialmente na agricultura familiar, buscaram-se, de forma geral, informações acerca da inserção da mão-de-obra feminina no Brasil, além de dados sobre as atividades características do turismo nas atividades rurais.

Conclusão

A inserção trabalho feminino no turismo colabora para a ampliação da renda e para a sua importância econômica no meio familiar. Esse fato contribui para a diminuição das disparidades de gênero, pois inclui, social e produtivamente, uma parcela de população discriminada. As práticas da atividade turística, considerando o uso do território rural, assemelham-se ou coincidem com as tarefas domésticas, que são geralmente consideradas femininas, ademais de serem frequentemente apontadas como inferiores, ou seja, desvalorizadas em relação às outras atividades, exercidas predominantemente por homens. Dessa forma, percebe-se um destaque no que concerne à participação da mulher na atividade turística.

A mulher tem papel fundamental no desenvolvimento do turismo com uso do território rural devido ao fato de as atividades executadas possuírem ligação com os afazeres domésticos, como, por exemplo, os ramos de alimentação, de hospedagem, entre outros, os quais exigem qualificação de que o perfil feminino já goza. É importante ressaltar que a inserção da mulher gera, além de melhoria da renda familiar, modificações socioculturais positivas.

Em muitos casos, o papel social da trabalhadora sofre alterações significativas. Ao ser remunerada por atividades que cotidianamente costumava executar, a mulher passa a se perceber e a demandar produtos que até então não estava ao seu alcance adquirir. O contato com turistas também é fator decisivo para essas mudanças, pois a trabalhadora rural pode incorporar hábitos e costumes de outras populações ou, ao contrário, entender que alguns de seus costumes e tradições é que devem deixar de existir.

O turismo se torna uma ferramenta de vastas possibilidades no uso do território rural, colocando-se, ainda, como alternativa para a melhoria da inserção da mão-de-obra feminina, bem como para a possibilidade de se desfazer antigos paradigmas de inferioridade em relação ao homem. Dessa forma, o turismo rural atua diretamente no aumento do empoderamento feminino proporcionado pela renda e pelas novas perspectivas de consumo, alterando, por conseguinte, a hierarquia econômica familiar.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, C. Turismo no espaço rural: uma estratégia para o desenvolvimento local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: TURISMO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO. Piracicaba: FEALQ, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL (Brasil). **Diretrizes para o desenvolvimento rural no Brasil**. Disponível em: <http://www.bioma.com.br/arqs/diretrizes_turismo_rural.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BOVO, C.; LOGATTO, E.; SILVA, M. Turismo rural: qual o papel da família e de sua propriedade no modelo atual de desenvolvimento?. In: ANAIS DO 4º CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ORDENAMENTO, SEGMENTAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM ÁREAS RURAIS. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006.

BRACAGIOLI, A. Interconectando ideias e ideais na perspectiva da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BRITO, S.; ZAPATA, T. Desenvolvimento local e gênero: uma abordagem democrática. In: ZAPATA, T. (Org.). **Desenvolvimento Local e Participação Social**. Recife: IADH, 2007.

CAVACO, C. Turismo Rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Huitec, 1996.

DELGADO, G. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone (Unicamp), 1985.

FERNANDES JUNIOR, J. **A Estratégia de Desenvolvimento Rural Integrado no Combate à Pobreza no Campo**. Brasília: Departamento de Economia, UnB, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Economia do turismo: análise das atividades características do turismo**. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil 1992-1997: Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 7, Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro, 2001.

JAFARI, Jafar. Modelos de Turismo: los aspectos socioculturales. **Antropologies**, v. 1, n. 2, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar**. Brasília, 2003.

OLIVEIRA, C. G. S.; MOURA, J. C.; SGAI, M. (ed.) Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro. In: ANAIS DO 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. Piracicaba: FEALQ, 2001.

PENA, M. V. J.; CORREIA, M. C. **A questão de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprinta, 2003.

PÉREZ, M. V.; VALIENTE, G. C. Turismo rural em Galicia: sin mujeres imposible. In: GARCIA RAMON, M. D.; FERRÉ, M. B. (eds). **El nuevo papel de las mujeres en el desarrollo rural**. Barcelona (Espanha): Oikos-tau, 2000.

STEINBERGER, M. (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2009.